



Câmara Municipal de Jaguariuna



SECRETARIA **APROVADO**

Favoráveis 12
Contrários -
Abstenções -

21/10/25

Processo Nº 105

Exercício de: 2025

VETO Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodrigs Reis de Souza
em 05 / 06 / 25 para CCS
Parecer da Comissão CCS
Recebido [assinatura]

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodrigs Reis de Souza
em 05 / 06 / 25 para [assinatura]
Parecer da Comissão [assinatura]
Recebido [assinatura]

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 067/2025

Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas
em recipiente de vidro em eventos organizados
ou autorizados pela Administração Pública ou
realizados em espaços de domínio público.
Veto total oposto ao Projeto de Lei 067/2025-

Nome: Ger. Paula Sampaio

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 02/09/25

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 09/09/25

APROVADO

Favoráveis 12
Contrários -
Abstenções -

02/09/25

ATUAÇÃO

APROVADO

Favoráveis 12
Contrários -
Abstenções -

09/09/25

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de Jaguariuna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrevi



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 067/2025

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 02/09/25

APROVADO
12
-
-
02/09/25

"Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público."

Câmara Municipal de Jaguariúna aprova a seguinte lei:

Art. 1º - São proibidos, nos eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou que sejam realizados em espaços de domínio público, inclusive em ruas e praças:

- I - a venda de bebidas em garrafas e/ou recipientes de vidro;
- II - a utilização de copos de vidros.

Art. 2º - No caso de descumprimento aos preceitos desta Lei, o infrator se sujeitará as seguintes penalidades:

- I - advertência, com determinação de encerramento da comercialização indevida;
- II - multa, no caso de inobservância da advertência aplicada no inciso anterior, no valor de 5 (cinco) salários mínimos nacional, que poderá ser duplicada em caso de reincidência.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 09/09/25

Vereadora Paula Savioli

Ass^a parl. Marilene Silva

PROTOCOLO Nº 00690
EM 02/05/25
SECRETARIA D

APROVADO
Favoráveis 12
Contrários -
Abstenções -
09/09/25



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



JUSTIFICATIVA

O projeto de lei ora apresentado diz respeito à possibilidade de transformação de objetos de vidro, mormente, garrafas e copos, além de latas de alumínio, em verdadeiras armas brancas, quando da realização de boates, shows, festas e outras atividades congêneres em que ocorre o uso de tais materiais, que podem se tornar palco de cenas reais de crimes violentos, a partir da combinação perigosa de ingestão de álcool e de disponibilidade de objetos passíveis de transformação em armas dessa natureza.

A presente proposição tem como principal objetivo, a proteção dos que freqüentam ambientes fechados, com fins de entretenimento ou não. Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres Pares na aprovação da presente proposta.

Gabinete da vereadora Paula Savioli, 27 de maio de 2025

VEREADORA PAULA SAVIOLI

Assr^a parl. Marilene



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 067/2025

DATA: 10/06/2025

HORÁRIO: 16hs

PRESENTES:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI (PRESIDENTE DA CCJ E DE OBRAS)

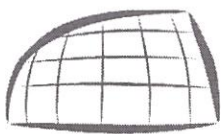
VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS (SECRETÁRIA DA CCJ E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO (VICE PRESIDENTE DA CCJ E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA (PRESIDENTE DA CÂMARA)

DISCUSSÃO:

O Projeto de Lei nº 067/2025 foi lido e após discussão, a CCJ aprovou o projeto e encaminhou para a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo e para Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.



Diretoria de Gestão Documental
Coordenadoria de Biblioteca
cbib@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1603

*Texto somente para consulta. Não substitui o publicado no
Diário Oficial do Município de Campinas em 8 de abril de 2025*

LEI Nº 16.718 DE 7 DE ABRIL DE 2025

Proíbe a comercialização e o porte de bebidas e alimentos em recipientes de vidro em eventos públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINAS. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A comercialização por vendedores ambulantes e o porte de bebidas alcoólicas e não alcoólicas e de alimentos em recipientes de vidro ficam proibidos em eventos públicos, tais como:

- I - atividades carnavalescas;
- II - manifestações políticas e sociais;
- III - competições esportivas;
- IV - comemorações de datas cívicas;
- V - espetáculos, exposições, encontros culturais e assemelhados.

Art. 2º A venda de bebidas alcoólicas e não alcoólicas em recipientes de vidro por estabelecimentos comerciais na área de abrangência de eventos públicos como os relacionados no art. 1º só será permitida para consumo no próprio estabelecimento.

Art. 3º As disposições dos arts. 1º e 2º terão vigência e abrangência definidas por decreto, de acordo com as características do evento público.

§ 1º Para os eventos sem previsão específica de vigência no decreto de que trata este artigo, a proibição terá vigência a partir de duas horas antes do início até duas horas após o término do evento público.

§ 2º Para os eventos sem previsão específica de abrangência no decreto de que trata este artigo, a proibição terá abrangência de raio de 500m (quinhentos metros) ao redor do evento público.



CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMPINAS

*Texto somente para consulta. Não substitui o publicado no
Diário Oficial do Município de Campinas em 8 de abril de 2025*

Diretoria de Gestão Documental
Coordenadoria de Biblioteca
cbib@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1603



LEI Nº 16.718 DE 7 DE ABRIL DE 2025

Proíbe a comercialização e o porte de bebidas e alimentos em recipientes de vidro em eventos públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINAS. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A comercialização por vendedores ambulantes e o porte de bebidas alcoólicas e não alcoólicas e de alimentos em recipientes de vidro ficam proibidos em eventos públicos, tais como:

- I - atividades carnavalescas;
- II - manifestações políticas e sociais;
- III - competições esportivas;
- IV - comemorações de datas cívicas;
- V - espetáculos, exposições, encontros culturais e assemelhados.

Art. 2º A venda de bebidas alcoólicas e não alcoólicas em recipientes de vidro por estabelecimentos comerciais na área de abrangência de eventos públicos como os relacionados no art. 1º só será permitida para consumo no próprio estabelecimento.

Art. 3º As disposições dos arts. 1º e 2º terão vigência e abrangência definidas por decreto, de acordo com as características do evento público.

§ 1º Para os eventos sem previsão específica de vigência no decreto de que trata este artigo, a proibição terá vigência a partir de duas horas antes do início até duas horas após o término do evento público.

§ 2º Para os eventos sem previsão específica de abrangência no decreto de que trata este artigo, a proibição terá abrangência de raio de 500m (quinhentos metros) ao redor do evento público.



Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

Barueri, 16 de outubro de 2023

PARECER JURÍDICO

076/2023



De: Procuradoria-geral.
Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação,
Comissão de Segurança Pública.
Ref.: PROJETO DE LEI Nº 077/2023.
Autoria: RAFAEL VALÉRIO CARVALHO.

Dispõe sobre:

**"VEDA A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS
ACONDICIONADAS EM GARRAFAS DE VIDRO NOS EVENTOS
PÚBLICOS DE BARUERI".**

Disposições iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Nobre vereador Rafael Valério Carvalho que pretende vedar a comercialização de bebidas alcoólicas acondicionadas em garrafas de vidro nos eventos públicos de Barueri.

Após recente episódio de violência ocorrido entre torcidas de futebol, que ocasionou a morte de uma torcedora do Palmeiras reacendeu a discussão sobre a venda de bebidas alcoólicas em garrafas de vidro em eventos de grande participação de pessoas.

Segundo reportagem, "Vídeos mostram torcedora do Palmeiras após ser atingida por garrafa de vidro em confusão com torcedores do Flamengo". (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/10/videos-mostram-torcedoradopalmeiras-apos-ser-atingida-por-garrafa-de-vidro-em-confusao-com-flamenguistas.ghtml>)

A par disso, vale registrar que a lei estadual nº 9.470, de 27 de dezembro de 1996, já proíbe a venda, distribuição ou utilização de bebidas alcoólicas nos

Fls. Nº	04
Proc. Nº	2482/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

17-OCT-2023 15:20 002361 2/2





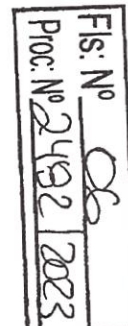
Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001


PROCURADORIA - GERAL

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Segurança Pública (artigo 50, § 6º, do RI);
- c) Discussão única (artigo 47, 'caput', da LOMB e artigo 173, § 2º, do RI);
- d) Quórum: maioria simples dos membros da CMB (artigo 51, da LOMB e artigo 184, § 1º, do RI);
- e) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI).



Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria-geral.


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-geral
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA DA SILVA
Assessor da secretaria-geral





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 067/2025

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e REDAÇÃO no Projeto de Lei nº 067/2025.

Autoria: **ILUSTRÍSSIMA VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa da Vereadora Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli, o Projeto de Lei em epígrafe dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

No mérito, o projeto estabelece a proibição da comercialização e o uso de bebidas em garrafas ou copos de vidro em eventos promovidos ou autorizados pela Administração Pública, realizados em espaços de domínio público.

Na Justificativa, a nobre Vereadora esclarece que o Projeto tem como objetivo a proteção do público que frequenta as festividades, no sentido de que a utilização desse material se torne um potencial risco para ocorrência de brigas e crimes violentos.

É o relatório.

Desta forma, compete a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, na forma que faculta o Regimento Interno, lavrar parecer a respeito de sua legalidade, oportunidade e conveniência.

Analisados o projeto, verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 067/2025 é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 067/2025

Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de junho de 2025.

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:


VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Presidente - Relatora


VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO

Vice-Presidente


VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS

Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS e CONTABILIDADE

Projeto de Lei nº 067/2025

Ementa: Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

Após análise do Projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que concluiu pela Constitucionalidade e Legalidade do Projeto, bem como análise pelas Comissões de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo, e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes, que aprovaram o mencionado projeto, encaminha-se a propositura em questão à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade para exarar Parecer e prosseguir o feito, conforme dispõe o artigo 96 do Regimento Interno desta Câmara.

Recebi em 21 / 08 / 25

Vereador  Jorge Luiz de Souza

Presidente

Recebi em 21 / 08 / 25


Vereador Geruza Melo do Nascimento Reis

Vice Presidente

Recebi em ____ / ____ / ____

Vereador Rafael da Silva Blanco

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 067/2025

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE no Projeto de Lei nº 067/2025.

Autoria: VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa da nobre Vereadora Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli, o Projeto de Lei nº 067/2025, que “Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.”.

Na Justificativa, a Vereadora esclarece que o Projeto tem como objetivo a proteção do público que frequenta as festividades, no sentido de que a utilização desse material se torne um potencial risco para ocorrência de brigas e crimes violentos.

É o relatório.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou parecer pela legalidade do projeto.

Em relação ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento não encontra óbices, tendo em vista que o objeto da propositura respeita os instrumentos normativos orçamentários vigentes, assim como está alinhado com os dispositivos legais relativos à matéria.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 067/2025, é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 067/2025

Favorável é o parecer.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 22 de agosto de 2025.

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

Presidente - Relator


VEREADOR GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS

Vice - Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER e TURISMO

Projeto de Lei nº 067/2025

Ementa: Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

Após análise do Projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que concluiu pela Constitucionalidade e Legalidade do Projeto encaminha-se o projeto em questão à Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo para exarar Parecer e prosseguir o feito, conforme dispõe o artigo 96 do Regimento Interno desta Câmara.

Recebi em 23/06/2025


Vereador José Muniz

Presidente

Recebi em 24/06/2025


Vereador Elcio Shiyon Hirano

Vice Presidente

Recebi em 18/06/2025


Vereador Claudio Roberto Anastacio

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 067/2025

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER E TURISMO; ao Projeto de Lei nº 067/2025.

Autoria: **VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa da nobre Vereadora Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli, o Projeto de Lei nº 067/2025 que “dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.”.

Na Justificativa, a nobre Vereadora esclarece que o Projeto tem como objetivo a proteção do público que frequenta as festividades, no sentido de que a utilização desse material se torne um potencial risco para ocorrência de brigas e crimes violentos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou parecer pela legalidade do projeto.

Em face do exposto, a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo, no âmbito de sua competência, entende que o projeto é meritório e merece prosperar, eis que não encontra qualquer óbice quanto às competências desta comissão, e está integralmente de acordo com a legislação municipal vigente.

Portanto, o parecer é favorável.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 27 de junho de 2025.


VEREADOR JOSÉ MUNIZ
Presidente



Projeto de Lei nº 067/2025

Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VEREADOR ELCIO SHIYOITI HIRANO

Vice – Presidente

VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO

Secretário – Relator



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ENCAMINHAMENTO À COMISSÃO DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SERVIÇOS PÚBLICOS, ATIVIDADES PRIVADAS E TRANSPORTES

Projeto de Lei nº 067/2025

Ementa: Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

Após análise do Projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que concluiu pela Constitucionalidade e Legalidade do Projeto, bem como análise pelas Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo, que aprovaram o mencionado projeto, encaminha-se a propositura em questão à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade para exarar Parecer e prosseguir o feito, conforme dispõe o artigo 96 do Regimento Interno desta Câmara.

Recebi em 30/06/2025 Vereadora Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli

Presidente

Recebi em 30/06/2025 Vereador José Muniz

Vice Presidente

Recebi em ____/____/____ Vereador Geruza Melo do Nascimento Reis

Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 067/2025

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SERVIÇOS PÚBLICOS, ATIVIDADES PRIVADAS E TRANSPORTES; no Projeto de Lei nº 067/2025.

Autoria: VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa da nobre Vereadora Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli, o Projeto de Lei nº 067/2025 dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

Na Justificativa, a Vereadora esclarece que o Projeto tem como objetivo a proteção do público que frequenta as festividades, no sentido de que a utilização desse material se torne um potencial risco para ocorrência de brigas e crimes violentos.

É o relatório.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou parecer pela legalidade do projeto.

No mesmo sentido, a Comissão de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes, não encontram óbices, tendo em vista que o objeto da propositura respeita os instrumentos normativos vigentes, assim como está alinhado com os dispositivos legais relativos à sua competência.

Analisado o projeto, verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 067/2025 é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 067/2025

Câmara Municipal de Jaguariúna, 22 de agosto de 2025

Pela Comissão Permanente de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Presidente

VEREADOR JOSÉ MUNIZ

Vice – Presidente

VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS

Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna
Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROJETO 067/2005

DATA: 23/08/2005

PARECER

☒ FAVORÁVEL

☐ DESFAVORÁVEL

JUSTIFICATIVA: _____

ASSINATURAS

Jorge Luiz de Souza

Geruza Melo do Nascimento Reis

Rafael da Silva Blanco



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 067/2025

Autoria: Ver. Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli - Republicanos

Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º São proibidos, nos eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou que sejam realizados em espaços de domínio público, inclusive em ruas e praças:

I – a venda de bebidas em garrafas e/ou recipientes de vidro;

II – a utilização de copos de vidros.

Art. 2º No caso de descumprimento aos preceitos desta lei, o infrator se sujeitará às seguintes penalidades:

I – advertência, com determinação de encerramento da comercialização indevida;

II – multa, no caso de inobservância da advertência aplicada no inciso anterior, no valor de 5 (cinco) salários mínimos nacional, que poderá ser duplicada em caso de reincidência.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, no que couber.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 09 de setembro de 2025.

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli
VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Vice Presidente

Rafael da Silva Blanco
VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Primeiro Secretário

Jorge Luiz de Souza
VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

Graciana Gomes
Graciana Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 228

Jaguariúna 10 de setembro de 2025

Senhor Prefeito

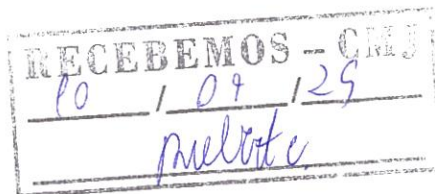
Encaminhamos a Vossa Excelência, para sanção e promulgação o Projeto de Lei nº 067/25, da Sra. Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli – Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, em 1ª e 2ª discussões, em Sessões Ordinárias realizadas nesta Casa em 02 e 09 de setembro de 2025.


Atenciosamente,

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilário Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Exat 066
22
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**

Ofício DER-nº 066/2025

Jaguariúna, em 1º de outubro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal

PROTOCOLO Nº	01053
EM	1º / 10 / 25
SECRETARIA	1

Assunto: Projeto de Lei nº 067/2025 de iniciativa do Poder Legislativo, que dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

Senhor Presidente,

VETO

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	—
Abstenções	—
21/10/25	

Por meio deste, informamos, com fulcro no art. 47, da Lei Orgânica do Município, dentro do prazo legal, VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 067/2025, que dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público, pelas razões que passamos a expor:

A despeito do mérito da iniciativa, voltada à proteção da segurança coletiva, o texto aprovado apresenta vícios de natureza jurídica e de aplicabilidade prática, que inviabilizam sua sanção.



1.- Inaplicabilidade normativa

O art. 1º do projeto abrange não apenas os eventos promovidos pela Administração Pública, mas também “todos os eventos autorizados” pela municipalidade, inclusive de caráter privado. Assim, qualquer festividade particular que dependa de simples licença administrativa (como aniversários, casamentos em espaços públicos, festas comunitárias e similares) estaria abrangida pelas restrições, o que extrapola a razoabilidade e cria ônus desproporcional à fiscalização municipal.

Tal amplitude normativa inviabiliza a aplicação do diploma, uma vez que o Poder Público não possui estrutura administrativa capaz de exercer fiscalização permanente em todos os eventos particulares realizados em ruas e praças. Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece que normas imprecisas e de difícil aplicação comprometem a efetividade e a legitimidade da atuação administrativa (cf. ADI 1946/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 12.04.2002).

2.- Violação ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade

A imposição de sanções como multa de 5 (cinco) salários mínimos a qualquer particular que descumpra a norma revela-se desproporcional, na medida em que a abrangência do projeto não distingue eventos de grande porte, com efetiva aglomeração e risco à segurança, de situações pequenas e privadas. O princípio da proporcionalidade é reconhecido como corolário do Estado de Direito (art. 5º, LIV, da Constituição Federal; cf. STF, RE 567110, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 26.06.2015).

3.- Competência e adequação legislativa

Cabe observar ainda que a Lei Orgânica Municipal atribui ao Poder Executivo a competência regulamentar sobre a utilização de bens públicos e a organização de eventos em logradouros municipais. O projeto, ao impor proibições amplas e genéricas, avança sobre matéria de natureza eminentemente administrativa e regulamentar, o que afronta o princípio da separação de poderes (art. 2º da Constituição Federal).

Diante do exposto, resta demonstrado que o Projeto de Lei nº 067/2025, embora inspirado em relevante preocupação com a segurança pública, apresenta vícios de natureza jurídica e material que comprometem sua efetividade, razão pela qual não pode receber sanção do Executivo.

Nestes termos, submetemos as presentes razões à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.



Por se tratar de **VETO TOTAL**, fazemos a devolução do respectivo Autógrafo à esta Casa de Leis.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 01/10/2025, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0473235** e o código CRC **C2DAB1BF**.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 228

Jaguariúna 10 de setembro de 2025

Senhor Prefeito

Encaminhamos a Vossa Excelência, para sanção e promulgação o Projeto de Lei nº 067/25, da Sra. Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli – Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, em 1ª e 2ª discussões, em Sessões Ordinárias realizadas nesta Casa em 02 e 09 de setembro de 2025.

Atenciosamente,

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilário Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 067/2025

Autoria: Ver. Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli - Republicanos

Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º São proibidos, nos eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou que sejam realizados em espaços de domínio público, inclusive em ruas e praças:

I – a venda de bebidas em garrafas e/ou recipientes de vidro;

II – a utilização de copos de vidros.

Art. 2º No caso de descumprimento aos preceitos desta lei, o infrator se sujeitará às seguintes penalidades:

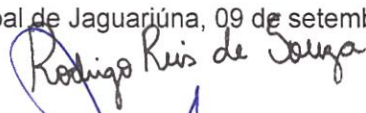
I – advertência, com determinação de encerramento da comercialização indevida;

II – multa, no caso de inobservância da advertência aplicada no inciso anterior, no valor de 5 (cinco) salários mínimos nacional, que poderá ser duplicada em caso de reincidência.

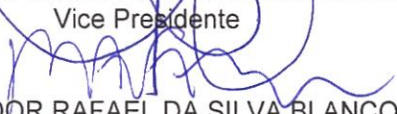
Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, no que couber.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 09 de setembro de 2025.


VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente


VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Vice Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Primeiro Secretário


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.


Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



CONJUNTA DE COMISSÕES PERMANENTES

Veto ao Projeto de Lei nº 067/2025

DATA: 15/10/2025

HORÁRIO: 14hs

PRESENTES:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI (PRESIDENTE DA CCJ E DE OBRAS)

VEREADORA ANA PAULA ESPINA SOUZA MUNIZ (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADOR CRISTIANO CECOM (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e CIDADANIA)

VEREADOR ELCIO SHIYOTTI HIRANO (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS (VICE- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE OBRAS)

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR JOSÉ MUNIZ (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS (SECRETÁRIA DA CCJ E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO (VICE PRESIDENTE DA CCJ E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA (PRESIDENTE DA CÂMARA)

VEREADORA ROSE FERREIRA LOPES COUTINHO

DISCUSSÃO:

A Vereadora Ana Paula Savioli, Presidente da CCJ, efetuou a leitura do Veto ao Projeto de Lei nº 067/2025. Os Vereadores presentes discutiram o projeto, bem como acataram o veto total oposto à propositura estabelecido pelo Executivo Municipal.

Seção II

Dos Divertimentos Públicos



Art. 113. Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizam nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 114. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Art. 115. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - tanto as salas de entrada como as de espetáculos serão mantidas higienicamente limpas;

II - as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de gramíneas, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V - haverá instalações sanitárias independentes para homens e mulheres;

VI - serão tomadas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;

VII - haverá bebedouro automático de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VIII - durante os espetáculos as portas não poderão ser trancadas e deverão estar em situação de fácil e rápida abertura e livre passagem;

IX - deverão ser dedetizados periodicamente;

X - o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação;

XI - os aparelhos dos cinemas deverão estar em perfeitas condições de uso e os filmes deverão ser revisados antes do espetáculo, a fim de evitar cortes e interrupção. Mais de uma interrupção em cada sessão, por falhas provenientes da inobservância do disposto neste inciso, ocasionarão multas previstas neste Código;

XII - os proprietários ou responsáveis pelas casas de diversões, cinemas e teatros, são obrigados a



parcialmente;

II - estejam isolados, por espaço mínimo de 5,00m (cinco metros) de qualquer edificação;

III - não perturbem o sossego dos moradores;

IV - não existam residências num raio de 30,00m (trinta metros).

Art. 125. A armação de circos de lona ou parques de diversões só poderá ser permitida em locais determinados pela Prefeitura.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo, não poderá ser superior a 01 (um) ano.

§ 2º Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar conveniente, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 3º A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização nos estabelecimentos de que trata este artigo ou obrigá-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação solicitada.

§ 4º Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 126. Para permitir a armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito prévio no valor de R\$ 500,00, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recomposição do logradouro.

Parágrafo único. O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos, em caso contrário, serão deduzidas do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Art. 127. Autorizada a localização e feita a montagem, o funcionamento ficará dependendo da vistoria pelas autoridades da Prefeitura, do Corpo de Bombeiros e de outros órgãos estaduais responsáveis, para verificação da segurança das instalações.

Art. 128. Os circos, parques de diversões e estabelecimentos congêneres deverão possuir instalações sanitárias provisórias, independentes para cada sexo, na proporção mínima de uma bacia sanitária e um mictório para cada 200 (duzentos) frequentadores em compartimentos separados.

§ 1º Na construção dessas instalações sanitárias poderá ser permitido o emprego de madeira e de outros materiais em placas, devendo o piso receber revestimento liso e impermeável.

§ 2º Será obrigatória a remoção das instalações sanitárias, construídas nos termos do parágrafo anterior, e o aterro de fossas por ocasião da cessação das atividades que a elas deram origem.

Seção II
Do Comércio Ambulante

Código de
Posturas



Art. 353. Para os fins desta lei complementar, considera-se ambulante a pessoa física, regularmente inscrita na Prefeitura, que exerça atividade comercial sem estabelecimento fixo.

Parágrafo único. Os equipamentos para o comércio ambulante poderão ser veículos, motorizados ou não, ou carrinhos de mão.

Art. 354. O comércio ambulante poderá ser:

I - localizado: quando o ambulante recebe autorização para o uso de uma área definida e exerce sua atividade de forma contínua;

II - itinerante: quando o ambulante recebe autorização para uso em áreas indefinidas e exerce sua atividade de forma contínua em diferentes locais;

III - móvel: quando o ambulante recebe licença para atuar de forma esporádica em locais de aglomerações temporárias de pessoas, tais como estádios, festejos e parques de exposições.

Art. 355. O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial da Prefeitura, mediante requerimento do interessado.

§ 1º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições deste Código e da legislação fiscal deste Município.

§ 2º A licença de vendedor ambulante será concedida, exclusivamente, a quem exercer o mister, seja pessoal e intransferível.

§ 3º Em se tratando de empresas que utilizam vendedores ambulantes, mediante pagamento de salários ou de comissões, com cessão de equipamentos e consignação de mercadorias, o licenciamento será concedido em nome da empresa, devendo o vendedor portar, em seu mister, seus documentos de ordem pessoal, como disposto neste Código, acompanhados de autorização para comerciar dada pela empresa licenciada.

Art. 356. Todo aquele que pretender comerciar como ambulante transportador, fica obrigado a se inscrever no cadastro fiscal antes do início de suas atividades.

Art. 357. O pedido de inscrição será feito em impresso próprio, fornecido pelo órgão competente da Prefeitura, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - no caso de ambulante:

32



Art. 361. Não será autorizado o comércio ambulante nas proximidades de estabelecimentos que comercializem produtos específicos similares.

Parágrafo único. Fica assegurado ao titular de comércio ambulante da categoria "localizado", conforme previsto no inciso I, do art. 354, desta lei complementar, manter suas atividades quando estas precederem os estabelecimentos que comercializem produtos específicos similares.

Art. 362. Os vendedores de alimentos preparados não poderão estacionar, ainda que para efetuar a venda, nas proximidades de locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda ou em pontos vedados pela Secretaria de Saúde do Município.

Art. 363. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios deverão:

I - usar vestuário adequado, se mantendo em rigoroso asseio;

II - velar para que os gêneros não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentem perfeitas condições de higiene.

Art. 364. A venda de gêneros alimentícios para imediata ingestão só será permitida se obedecidas as normas técnicas sanitárias específicas.

Art. 365. Os comerciantes ambulantes, de qualquer gênero ou artigos que demandem pesagem ou medição, deverão ter aferidas as balanças, pesos e medidas em uso.

Art. 366. Ao ambulante é vedado:

I - o comércio de qualquer mercadoria ou objeto não mencionado na licença;

II - a venda de medicamentos ou quaisquer produtos farmacêuticos;

III - a venda de aparelhos eletrodomésticos;

IV - a venda de quaisquer gêneros ou objetos que, a juízo do órgão competente, sejam julgados inconvenientes ou possam oferecer dano à coletividade;

V - produtos tóxicos ou que produzam dependência física ou psíquica;

VI - substância inflamável ou explosivos;

VII - animais vivos ou embalsamados;

VIII - relógios, joias, óculos e CD's e DVD's;

IX - estacionar, conforme previsto no art. 359 à distância mínima de 10,00m (dez metros) das



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Veto Total ao Projeto de Lei nº 067/2025

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO VETO TOTAL OPOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 067/2025.

Autoria do Projeto de Lei: **VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI**

Relator: **ILUSTRÍSSIMA VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO**

O Executivo, após análise do Projeto de Lei nº 067/2025, de autoria da Ilustríssima Vereadora Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli, que dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público, apresentou VETO TOTAL.

Aponta o Executivo que o Projeto apresentado é inconstitucional, pois apresenta vícios de natureza jurídica e de aplicabilidade prática, que inviabilizam sua sanção. O Projeto visa a proibição da venda de bebidas em recipiente de vidro não somente nos eventos promovidos pela Administração Pública, mas também nos eventos particulares que dependam da licença administrativa para o uso de espaços públicos municipais, extrapolando assim, o princípio da razoabilidade e criando ônus desproporcional à fiscalização municipal.

Esclareceu que a imposição de sanções como multas de cinco salários mínimos a qualquer particular que descumpra a norma revela-se incongruente, de maneira em que o Projeto não faz distinção de eventos de grande porte com aglomeração e risco à segurança, de festividades pequenas e privadas. Desta forma, debilita o princípio da proporcionalidade, que é reconhecido como corolário do Estado de Direito.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



34

Veto Total ao Projeto de Lei nº 067/2025

Afirma que há invasão pela iniciativa legislativa da Câmara Municipal, na competência exclusiva do Prefeito, porquanto, a este compete, por força dos dispositivos acima transcritos, regulamentar sobre a utilização de bens públicos e a organização de eventos e logradouros municipais.

Por fim, corroborou com o argumento de que a propositura também viola o artigo 2º da Constituição Federal, ao impor proibições amplas e genéricas, onde avança sobre matéria de natureza eminentemente administrativa e regulamentar, que afronta o princípio da separação de poderes.

Com essas considerações, compete a esta Comissão exarar parecer sobre a procedência ou não do veto total oposto ao Projeto de Lei nº 067/2025.

Inicialmente, verificamos que o senhor Prefeito interpôs suas razões de veto à presente propositura em conformidade com o artigo 47 da Lei Orgânica e com o artigo 250 do Regimento desta Casa, obedecendo, inclusive, ao prazo de 15 dias úteis contados da data do recebimento do Projeto.

Ao analisarmos a matéria constatamos que assiste razão ao Senhor Prefeito.

Face ao exposto, nos aspectos que compete a esta Comissão examinar, somos favoráveis ao veto total oposto à propositura.

Portanto, nosso parecer é pelo acatamento ao veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 067/2025.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de outubro de 2025.



35

Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Veto Total ao Projeto de Lei nº 067/2025

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Presidente

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO

Vice-Presidente - Relatora

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS

Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 284

Jaguariúna, 22 de outubro de 2025

Senhor Prefeito

Comunicamos à Vossa Senhoria, que o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 067/25 (autoria Ver. Ana Paula Cruz de Oliveira Savioli), que Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas em recipiente de vidro em eventos organizados ou autorizados pela Administração Pública ou realizados em espaços de domínio público, foi acatado por unanimidade de votos, em única discussão, em Sessão Ordinária realizada nesta Edilidade, aos 21 de outubro de 2025.

Atenciosamente,

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao
Sr. David Hilário Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna

